

A recessão continua, segundo a CNI

Emprego e produção devem continuar deprimidos pelo menos até o fim do primeiro trimestre, segundo avaliação de economistas da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Os negócios são normalmente mais fracos nesta época do ano e, desta vez, a política econômica também contribui para a estagnação das atividades.

A recuperação esboçada em outubro foi interrompida em novembro, quando os principais indicadores de atividade voltaram a piorar. A pesquisa cobre dez Estados e foi distribuída ontem pelo Departamento Econômico da CNI.

Nos dez Estados o valor das vendas industriais foi menor em novembro em comparação com o mês outubro, descontada a inflação. Em São Paulo, a redução foi de 10,4%. A maior queda ocorreu no Rio Grande do Sul, 19,2%, e a menor, na Bahia, 2,7%.

O pessoal empregado também diminuiu em todos os Estados. O maior corte, 6%, foi verificado no Amazonas e é atribuído à crise da indústria de material elétrico instalada na Zona Franca de Manaus.

Desde julho, quando o acompanhamento foi iniciado, a redução de pessoal

ocorreu em todos os Estados cobertos pela pesquisa. Os próximos relatórios deverão registrar novas reduções de emprego, segundo os técnicos da CNI.

A tendência de maior desemprego já é confirmada pela pesquisa semanal da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Nos primeiros 15 dias do ano, a indústria paulista dispensou 10,9 mil trabalhadores, segundo relatório divulgado esta semana. A previsão da Fiesp é de 60 mil demitidos até o fim de março, com o nível de emprego caindo 3% no trimestre.

As horas de trabalho na produção também diminuíram em todos os Estados da pesquisa, em novembro, em proporção maior que o das dispensas. Isso se explica, segundo o documento, pela diminuição das horas extras, pelo menor número de dias úteis no mês e pelo grande número de empresas que diminuíram a jornada ou adotaram férias coletivas.

Com isso, a capacidade ociosa aumentou em oito dos Estados. As exceções foram as empresas de Pernambuco e do Paraná. A maior ociosidade foi verificada no Amazonas, com a indústria utilizando apenas 63,6% de sua capacidade de

produção.

O mais alto índice de ocupação foi o da indústria catarinense, 81,9%. Em São Paulo, a utilização ficou em 74,6%. Em outubro o índice havia ficado em 75,5%.

O bolo dos salários diminuiu em oito dos Estados, como consequência da redução do emprego e da erosão do salário médio provocada pela alta do custo de vida. A massa de salários aumentou apenas em São Paulo (7,9%) e em Minas Gerais (8%), por causa de dissídios coletivos de categorias profissionais de grande peso.

No Espírito Santo não foram obtidas informações novas. A redução maior do total dos salários líquidos foi observada no Amazonas (14,9%).

O poder de compra dos assalariados deve ter continuado em queda e o 13º salário foi, provavelmente, apenas um alívio de curtíssima duração. Na Grande São Paulo, a pesquisa da Fundação Sistema de Estudos e Análises de Dados (Seade) e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) registrou pela primeira vez, desde 1985, aumento do desemprego em dezembro, quando 935 mil pessoas se declararam nessa condição.